

## ○ envelhecimento populacional pode tornar-se estímulo de vantagem competitiva territorial?

*Gustavo Tosbiaki Lopes Sugahara*

**RESUMO:** O artigo busca articular o conceito de competitividade territorial com o fenómeno do envelhecimento populacional. Destaca o papel fundamental que os indivíduos tem na promoção da competitividade e, face as alterações da estrutura demográfica, propõe uma reflexão onde o idoso possa ser encarado como elemento impulsionador de vantagem competitiva territorial.

**Palavras-chave:** envelhecimento populacional; competitividade territorial; idosos.

**ABSTRACT:** *This paper seeks to articulate the concept of territorial competitiveness with the population aging phenomenon. It highlights the fundamental role that people have in competitiveness promotion and, in view of demographic structure changes, sets a reflection where the elderly can be seen as a component of territorial competitiveness advantage.*

**Keywords:** *population aging; territorial competitiveness; elderly.*

O termo competitividade parece ser do tipo que não sai de moda com facilidade. Recorrentemente posto em uso, tem sido foco de discussão e projectos e parece ter ainda lugar central nas discussões sobre políticas públicas. Em vertente similar o interesse sobre a chamada economia regional também parece estar na ordem do dia, seja através das chamadas negociações de comércio (sejam elas multi ou bilaterais), seja através dos acordos económicos regionais mais amplos como no caso da União europeia.

Como terceiro aspecto a ser trabalhado, destacamos a questão do envelhecimento demográfico seja como processo em curso ou como já consolidado, e a constatação de que tal movimento tem gerado, em diversas áreas, transformações profundas que ainda carecem de reflexão.

Tendo como base a conceitualização teórica de Lopes sobre a Competitividade Territorial pretendemos verificar se o envelhecimento populacional pode ser encarado como estímulo de competitividade territorial. Desta forma, pretendemos conjugar alguns elementos dos debates supracitados e aprofundar a compreensão sobre a dinâmica territorial.

## Competitividade

A questão da competitividade é recorrentemente utilizada como forma de ressaltar e orientar os objectivos de planeamento e políticas públicas. Como grande parte dos conceitos que tomam lugar cativo no uso comum, no termo competitividade também é observada uma generalização pouco elucidativa e muitas vezes generalista quanto à análise crítica e metodológica. Neste sentido optamos por resgatar alguns debates fundamentais adjacentes a questão das vantagens competitivas regionais.

Lopes (2001) trabalha diversos aspectos sobre a interpretação do conceito de competitividade e destaca que o seu entendimento conceptual é, diferente do senso e uso comum, complexo e não convergente dentro das diversas abordagens teóricas. Ao dedicar os capítulos iniciais de seu livro ao conceito de competitividade, Lopes (*ibid.*, p. 7) propõe três grandes distinções entre as correntes que abordam a temática: (i) Competitividade Enquanto Vantagem-Custo; (ii) Competitividade Sistémica; e a (iii) Competitividade Territorial.

A primeira corrente enunciada de abordagem neoclássica busca na comparação de custos a fundamentação para o conceito de competitividade ficando, portanto, restrito ao pressuposto da racionalidade económica do indivíduo sendo a minimização dos custos unitários e consequentemente a maximização do lucro a principal característica de uma empresa competitiva. As excessivas condições restritivas para a

validação deste tipo de teoria tiveram como efeito uma perda significativa da sua contrapartida real e o desenvolvimento de outras correntes.

Os teóricos do conceito de Competitividade Sistémica reconhecem as limitações oriundas dos pressupostos adoptados pela visão clássica e partem do entendimento da competitividade como sendo de natureza plurideterminada, dinâmica e sistémica. Não refutando a teoria de que menores custos de produção constituem factor de competitividade, esta vertente incorpora a inserção internacional como parâmetro de competitividade, mas ainda, incorpora a ideia de qualidade e sustentabilidade como parâmetros fundamentais (ibid., p.8).

## **Competitividade Territorial**

O que entendemos por Competitividade Territorial?

Ao trabalhar a questão específica da competitividade territorial nos deparamos com a definição de Lopes (ibid., p. 154) que enquadra o conceito como Performance Relativa. Sob esta ótica devemos compreender o conceito como não estático sendo fundamental a incorporação da dimensão espacial em que se insere determinado território. Neste sentido, cada território concreto faz parte de um sistema mais vasto onde os seus elementos se posicionam como concorrentes. O conceito deve permitir aferir no tempo os processos de reforço, estagnação, ou perda de vantagens.

A vantagem competitiva territorial deve, portanto, ser encarada como temporalmente dinâmica, capaz de produzir vantagens duradouras de tipo estrutural. A sustentabilidade é elemento fundamental nesta concepção. A questão ambiental, por exemplo, é um ponto fundamental que exprime a necessidade de se adequar o conceito a questão da sustentabilidade.

O autor destaca ainda a relevância da relação entre o território e o “jogo da competição global” valendo-se dos atributos endógenos ou do enquadramento exógeno, em alguns casos, conjugando ambos. A competitividade territorial é portanto: “Função dos atributos, ou potencial competitivo, inerentes às empresas localizadas no território, mas é igualmente função das vantagens comparativas da economia local, que

juntamente com os atributos das empresas formam o que podemos designar por atributos estáticos do território” (ibid., pp. 154-155).

Quais os factores determinantes da competitividade dos territórios?

Definido o conceito de competitividade territorial passamos agora a investigar quais seriam seus factores determinantes. Lopes (ibid., p.157) afirma que a capacidade competitiva de um dado território / região é determinada pela acção conjugada de três dimensões, sendo elas: (i) o padrão local de vantagens comparativas; (ii) a Dinâmica do tecido produtivo local e; (iii) as Condições da inserção territorial da economia local.

O padrão local de vantagens comparativas pode ser definido como sendo “a diferenciação territorial do mercado em função da correspondente dotação de factores inerentes à estrutura económica” (ibid., p. 157). Grosso modo podemos dizer que esta dimensão incorpora os aspectos relacionados as vantagens-custo (dotação de recursos naturais e mão-de-obra) e a as capacidades para gerar vantagens concorrências baseadas na qualidade / diferenciação do produto numa perspectiva ampla (que leva em conta a dinâmica local / regional, acessibilidade a serviços especializados de apoio às empresas e disponibilidade de capital humano por exemplo).

A dinâmica do tecido produtivo local apresenta uma visão onde a inserção e o meio aonde estão as empresas apresentam-se como fundamentais para determinar sua produtividade, assim, “a relevância competitiva da capacidade de gestão não se circunscreve ao domínio da empresa mas se prolonga no domínio da inserção da empresa no território envolvente, sendo a sua competitividade condicionada pela especificidade dos atributos deste território de inserção” (ibid., p. 158).

Por fim, destacamos a inserção do território como última dimensão de factor determinante da competitividade territorial. É na articulação do padrão local de vantagens comparativas com as dinâmicas da economia global, seu grau de internacionalização e exposição a concorrência internacional, que o autor observa outro dos elementos fundamentais para a competitividade territorial. Segundo o mesmo, a articulação do território com o espaço regional em que se insere deverá igualmente condicionar o seu desempenho competitivo.

Desta forma, “ao contrário do que previa a abordagem neoclássica, a relevância da proximidade geográfica não reside na redução dos custos de transporte mas no facilitar do intercâmbio de informação (...) actualmente as ideias e o conhecimento constituem o principal recurso competitivo” (ibid., p. 112). Nesta concepção o conceito de *complexo territorial de produção*<sup>1</sup> passa a ter grande aderência sobre a análise territorial sendo a inovação a questão fundamental.

Como mecanismo complementar aos factores apresentados, Lopes (ibid., p. 159) apresenta a ideia da dinâmica de governância territorial como elemento também fundamental para a criação de sinergias competitivas. Assim, a capacidade de aprimorar, gerir e coordenar os factores anteriormente enunciados também se apresenta como relevante, sendo ainda vital para o estímulo a inovação, o aprendizado e as demais dinâmicas colectivas.

## Envelhecimento demográfico e competitividade territorial

Como vimos no capítulo anterior os chamados recursos humanos apresentam-se como um dos factores fundamentais para o desenvolvimento da competitividade territorial. O trabalho de Silva (2002) buscou analisar as diversas correntes que identificam nos Recursos Humanos factor chave da já referenciada competitividade territorial e destaca a influência da chamada *Sociedade da Informação* e a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como paradigma da competitividade. “Cada vez mais o factor determinante é o saber em vez de o ter, surgindo o conhecimento como facto fundamental do sistema produtivo, como antes o foi o capital ou a máquina” (ibid., p. 3).

Silva (ibid., p. 24) afirma ainda, que:

Os efeitos da globalização acentuam a importância das governanças locais e das redes. Os recursos humanos peças centrais desse jogo, tornam-se cada vez mais importantes pelo modo como, de facto, influem para o alcançar de objectivos organizacionais, quer sejam das empresas, das regiões ou dos países. A

---

<sup>1</sup> O debate que culmina na concepção do termo encontra-se em Lopes (2001, pp. 112-116).

qualificação desses recursos é sem dúvida o alicerce que potencia o seu melhor e mais diferenciado desempenho, mas para essa qualificação não contribuem só as qualificações acadêmicas e formais, são cada vez mais reconhecidas as qualificações tácitas e as obtidas de um modo não formal ou mesmo informal.

O mesmo autor ressalta que ao se abrir para se beneficiar das vantagens sistêmicas das relações estabelecidas a vários níveis do seu território e fora do mesmo, as empresas percebem rapidamente que são requeridas novas competências e qualificações dos recursos humanos e, para que o respectivo meio proporcione o suporte e forneça o estímulo a essas actividades, é necessário que ele próprio possua capacidades e competências que igualmente dependem de recursos humanos qualificados (ibid., p. 15).

Nas palavras de Lopes (2001, p. 154): “A competitividade sustentada não dispensa o permanente aperfeiçoamento dos recursos humanos, suporte da inovação e da eficiência produtiva, pelo que para se ser competitivo não basta criar emprego, importa também a qualidade do emprego que se cria”.

Com base neste pressuposto e na observação do fenómeno mundial do envelhecimento demográfico, seja pelo aumento da longevidade, seja pelo declínio das taxas de natalidade, questionamo-nos neste capítulo acerca das possibilidades oferecidas pelo envelhecimento da população em relação ao desenvolvimento da competitividade territorial.

## A “multidimensão” da velhice

Ainda antes de abordar a questão propriamente dita acreditamos que mais alguns esclarecimentos conceptuais são fundamentais. Vale lembrar que o processo de envelhecimento demográfico significa basicamente a alteração da estrutura etária de uma determinada população tendo como consequência uma idade média mais elevada de seus habitantes. Este processo pode ter múltiplas facetas como por exemplo, um aumento da população considera adulta ou, um aumento da população idosa. Nosso trabalho tem como foco a chamada população idosa.

Como exemplos da influência da questão do envelhecimento demográfico sobre a sociedade tomemos como exemplos a evolução da estrutura etária da EU e de Portugal, Tabelas 1 e 2.

**Tabela 1 – Distribuição da População (EU25)  
por grupo etário (1950-2050)**

	1950	1975	2000	2025	2050
0-14	24,9	23,7	17,2	14,4	13,3
15-24	15,8	15,5	13,0	10,5	9,7
25-49	35,0	32,7	36,9	31,1	28,2
50-64	15,2	15,4	17,2	21,3	18,5
65-79	7,9	10,7	12,3	16,2	18,5
80+	1,2	2,0	3,4	6,5	11,8

Fonte: UN World Population Prospects (2002 Revision) and Eurostat 2004 Demographic Projections (Baseline scenario)

**Tabela 2 – Distribuição da População em Portugal  
por grupo etário (1950-2050)**

	1950	1975	2000	2025	2050
0-14	29,4	28,0	16,9	13,3	11,6
15-24	18,6	16,8	14,8	10,3	8,7
25-49	32,9	30,8	36,3	30,5	26,1
50-64	12,1	14,6	16,7	22,5	18,0
65-79	6,0	8,4	12,5	16,6	22,1
80+	1,0	1,4	2,8	6,8	13,5

Fonte: UN World Population Prospects (2002 Revision) and Eurostat 2004 Demographic Projections (Baseline scenario)

Pretendemos apenas destacar a nítida tendência de envelhecimento da população e a clara tendência, em ambos os exemplos, de concentração de indivíduos com idade igual ou superior a 50 anos.

Devemos ainda destacar que, mesmo sendo a idade elemento fundamental para a organização social dos indivíduos, poucos trabalhos buscam efectivamente compreender a heterogeneidade de experiências presente em grupos diversos (Debert, 1999, p. 41). É neste sentido que ao adoptar um corte etário fixo (65 anos) para determinar ou caracte-

rizar determinado grupo ou segmento, estamos fatalmente incorrendo em uma série de arbitrariedades que, de certa forma, se mostram necessárias para a viabilização de alguma forma de planejamento ou definição de conduta.

Em seu trabalho, Debert discute as diversas transformações que ao longo dos tempos vem “alocando” os indivíduos na sociedade, sendo estes parâmetros voláteis e heterogêneos. A autora destaca como exemplo o surgimento da noção de infância e as distinções “modernas” aonde a mesma se apresenta como fase dependente e o adulto como um ser independente, com maturidade psicológica e com direitos e deveres de cidadania. Debert (ibid., p. 39) afirma que falar da periodização da vida e das relações entre gerações é também mostrar como um processo biológico é investido culturalmente, e elaborado simbolicamente com rituais que demarcam fronteiras entre idades.

## O envelhecimento como solução

O movimento pelo qual o envelhecimento é transformado em “problema” foi apontado por diversos autores. Almeida (2003, p. 41) afirma que a lógica que preside as sociedades ocidentais contemporâneas é a do valor do indivíduo medido por sua produtividade. Sendo assim, resta à velhice o contraponto à estes valores. Não é por acaso que o termo “velho” passa a carregar consigo uma carga negativa bastante acentuada.

Sobre esta mesma questão, Debert (1999, pp. 56-57) afirma que o curso de vida moderno é reflexo da lógica fordista, tendo como resultado o apagamento das fronteiras que separavam as diversas etapas da vida e das normas que indicavam o comportamento apropriado aos grupos de idade. A mesma autora ainda afirma que a preocupação em descrever o modo pelo qual a velhice é transformada em um problema que preocupa a sociedade, vai se constituindo em campo de saber, especialização em definir as necessidades e apontar os problemas.

Habitualmente a análise econômica nos compele a trabalhar a questão do envelhecimento sobre algumas perspectivas base tais como,

a pressão sobre a previdência, a perda de produtividade física do trabalhador, custos no sistema de saúde, entre outros.

Na perspectiva aqui apresentada o papel do idoso passa a ser investigado não mais da óptica da despesa e do custo, e sim, da óptica da contribuição. Analisar os efeitos do envelhecimento demográfico para além da habitual análise acerca da questão providenciária parece-nos o primeiro desafio aqui compreendido.

Explicitada a multidimensão do conceito de idoso no capítulo anterior e, apresentado o cenário demográfico presente e futuro, propomos aqui a necessidade de se refundar a abordagem sobre a temática da velhice e da competitividade territorial, conjugando as duas questões.

Nessa óptica o envelhecimento demográfico pode tornar-se estímulo de vantagem competitiva territorial no momento em que for encarado como uma conquista da sociedade e não como uma fatalidade.

## **Discussão**

Pouco pode se prever sobre a evolução do PIB, sobre os destinos da bolsa, sobre os resultados da copa, mas apenas uma coisa é certa, todos vamos envelhecer. As condições para as próximas gerações são praticamente dadas e é difícil imaginar tal catástrofe que inverta o rumo do envelhecimento demográfico. Portanto, nos parece prudente pensar que este é um cenário importante a ser trabalhado, estudado, planejado etc.

Ao partirmos das premissas que: (i) a exposição precoce as chamadas TIC tem como efeito sobre as populações mais novas uma maior capacidade de se adaptar e promover as inovações anteriormente anunciadas; (ii) o conhecimento tende a ter renovações drásticas que “inutilizam” rapidamente os antigos conhecimentos técnicos, e mais, as “novas gerações” tendem a apresentar graus mais elevados de escolaridade; (iii) a vitalidade “física” dos jovens constitui condição fundamental para o uso intensivo de sua força de trabalho. Tenderíamos a fatalmente considerar que o envelhecimento demográfico tem como efeito a redução da competitividade territorial.

No entanto, como vimos anteriormente, este tipo de abordagem, de carácter mais utilitarista, tende a ser limitada. Como exemplo tomemos os trabalhos não remunerados dos idosos<sup>2</sup> que compõe parte fundamental da sustentabilidade do tecido social. Este tipo de problema nos aponta algumas das dificuldades em se reflectir sobre as contribuições do segmento idoso.

Pensar a força de trabalho como produtividade marginal decrescente em função da idade não corresponde de forma alguma a realidade das actividades que não encontram nos atributos físicos sua principal ferramenta, os professores são um dos melhores exemplos do não funcionamento desta lógica.

Vale ainda ressaltar que em muitos casos a reforma pode significar a alteração do ramo produtivo e não necessariamente a retirada do indivíduo do mercado de trabalho. Podemos ainda destacar que o conhecimento tácito também deve ser revalorizado sendo o “sabe fazer” também fundamental para o desenvolvimento da inovação e do conhecimento.

Neste sentido um planeamento que considere as tendências demográficas, principalmente no que concerne o envelhecimento da população, nos parece mais adequado com a ideia de Competitividade Territorial, apresentada nos primeiros capítulos.

Buscamos aqui traçar as linhas gerais da análise acerca da relação entre o envelhecimento demográfico e a competitividade regional tendo a clareza que o tema certamente não se esgota nas questões até aqui abordadas. Em jeito de conclusão ressaltaria algumas questões que ainda devem ser abordadas de forma a oferecer uma resposta mais satisfatória a pergunta de partida estipulada. Quais devem ser as competências do “capital humano” para que seja gerada a capacidade competitiva? Teriam os idosos tais capacidades? Existem diferenças cruciais entre as gerações que acarretem perspectivas diferentes de análise?

---

<sup>2</sup> Cuidar dos netos quando os pais estão trabalhando, vigiar a casa, etc.

## Referências

- ALMEIDA, V. (2003). *Modernidade e velhice*. Vários. Serviço Social & Sociedade, ano XXIV, n. 75 – Velhice e Envelhecimento. São Paulo, Cortez, pp. 35-54.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) (1994). *As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras Local, Celta.
- COSTA, J. S. (coord.) (2002). *Compêndio de economia regional*. Coimbra, APDR.
- CHESMIRE, P. e GORDON, I. (ed.) (1995). *Territorial Competition in na Integrating Europe*. Inglaterra, Avebury.
- DEBERT, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- LOPES, A. S. (2001). *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, model*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, R. (2001). *Competitividade, inovação e territórios*. Portugal, Celta.
- SILVA, V. S. P. (2002). *Competitividade, recursos humanos e território: o caso do Oeste*. Dissertação de Mestrado em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Lisboa, ISCTE.

*Data de recebimento: 25/2/2007; Data de aceite: 15/3/2007.*

---

**Gustavo Toshiaki Lopes Sugahara** – Economista (PUC-SP). Pesquisador do Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconômica (DINÂMIA) e do Laboratório de Economia Social (LES), mestrando em Economia e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE – Lisboa, Portugal. E-mail: gustavo.toshiaki@gmail.com